



Elementos de Análise da Teoria do Capital Humano em Pedagogia

N.G. Azevedo^{1*}; D.P.G.D. de Azevedo², E.R. Lomba³

¹Fundação Oswaldo Cruz; ²Pós-doutorado FEUFF/UFF; ³UFF

* nelitonga@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda alguns elementos e pressupostos da teoria do Capital Humano em conexão com a pedagogia liberal. Quem está economicamente impedido de ter acesso ao patrimônio que produz capital: propriedade privada dos meios de produção e assalariamento de força de trabalho, está impedido pela essência mesma do capital, lhe falta capital econômico. Os cidadãos podem, no entanto, apropriar-se de cultura, acessível às suas posses, transmutando sua cultura em capital. O capital humano se faz propriedade subjetiva, imaterial, o cidadão culto se torna proprietário de capital, a cultura se torna capital humano, capital cultural. Esse capital humano é acessível para ser adquirido, comprado nos mercados de ensino, pagando com recursos que cabem na distribuição das rendas: todos podem obter alguma fração variável desse capital. Obtendo e retendo capital como cultura que se acumula em forma de patrimônio, todos podem tornar-se capitalistas.

Palavras-chave: Capital humano, Capital cultural, Teoria da Economia da Educação.

1. Introdução

A Teoria do Capital Humano, conceito âncora do pensamento sociológico de Pierre Bourdieu, com seu subconceito Capital Cultural, se lastreia na Teoria da Economia da Educação. Que tornou-se, a partir dos anos 1990, o corpus dominante dos documentos propositivos de órgãos influentes na educação mundial como o Banco Mundial, a União Europeia ou o Acordo de Bolonha (DALE, 2004). Qualquer Teoria se baseia em premissas, conceitos e suas inter-relações, e, para receber status de teoria, deve superar a fase de hipótese, deve ser comprovada, confrontada com a realidade que tenciona explicar. A prática, o real, é a pedra de toque de toda e qualquer teoria. Qualquer Teoria está historicamente condicionada, associada a grupos sociais que lhe alimentam com insumos e antagonizada por grupos sociais que contestam e combatem seus pressupostos, seu cerne e seus desdobramentos.

Assim se passa com a teoria do Capital Humano, e seus derivativos: Capital Cultural, Capital Científico etc. Como qualquer hipótese, esta também necessita comprovação, demonstração de validade, atestado de competência como explicativa da parte da realidade que lhe cabe explicar.

O liberalismo econômico e o neoliberalismo em particular, procuram demonstrar que o Capital é um valor universal, um éter que penetra tudo e todos (HOUTHAKKER, 1959). E a "busca ilimitada pela satisfação", ou seja, a obtenção de ganhos, está no mais profundo da essência humana e caracteriza o ser, de acordo à subjetividade atribuída aos agentes econômicos, na ótica liberal. Se assim for, é natural inferir que a busca e acúmulo do capital integra a essência humana. O capital é divinizado: está em tudo e tudo penetra, essência da natureza, do homem e da sociedade. Mais que essa inferência, o liberalismo procura na Natureza em sua totalidade, na vida e ação humana em sua totalidade a presença onnipresente do Capital. Generalizando e universalizando sua presença em todo e qualquer fenômeno, humano, social ou natural.

O Capital Humano apresenta-se como um conceito pedagógico que embasa que alicerça a Teoria da Economia da Educação (TEE), de cariz liberal (SCHULTZ, 1972) e seu



crescimento e expansão encontram terreno ótimo de existência na liberdade econômica das economias de mercado. É com base na teoria do Capital Humano que são estabelecidas as políticas, públicas ou não, que são elaboradas nos organismos que hoje dominam as trajetórias da educação no mundo.

2. Materiais e Métodos

2.1. Materiais

Não se utilizaram materiais específicos de pesquisa, além da bibliografia consultada, bibliografia escolhida entre as obras clássicas e genéticas do tema do capital cultural.

2.2. Metodologia

Baseando-se em bibliografia histórica, a pesquisa, de natureza investigativa bibliográfica do tema, visa uma base comum que perpassa os principais expoentes da Teoria da Economia da Educação, de autores considerados 'clássicos', por sua condição de precursores, pela grande quantidade de citações que acumulam e pela reverência com que são referenciados. O ponto comum da busca se concentra na conceituação de Capital Cultural e seu uso na Teoria da Economia da Educação, em seus aspectos discursivos, expositivos.

3. Resultados e Discussão

Segundo sua própria exposição de metas (VAIZEY, 1962), o objetivo básico da Teoria da Economia da Educação é demonstrar a influência do Capital Humano e seu acúmulo - via educação - no desenvolvimento econômico e social. Para cumprir tais objetivos, os adeptos da TEE seguem predominantemente dois roteiros discursivos: efetuar a prova empírica da relação causa-efeito entre desenvolvimento econômico como efeito derivado do desenvolvimento educativo; justificar teoricamente esta mesma relação de causalidade (MINCER, 1958).

A prova empírica majoritária se utiliza da Econometria da Educação como instrumento probatório da hipótese, estabelecendo as correlações quantitativas. Uma das dificuldades que ainda não encontraram solução está na quantificação do caráter cíclico do desenvolvimento econômico, em contraste estatístico com o alegado crescimento monótono da generalização da educação nas economias de mercado.

A educação cresce e se aprofunda de forma continuada, enquanto que o desenvolvimento econômico sofre crises cíclicas paralisantes, que comumente degeneram em involutivas. O segundo roteiro, a abordagem teórica, mais sofisticado, encontra suas dificuldades na não correlação entre sua capacidade explicativa e previsora e o realidade econômica histórica que visa explicar. Na raiz está a insolvência da correlação entre teoria explicativa e fato econômico explicado, divorciando a justificação teórica da constatação empírica.

Amplamente disseminada, conteúdo obrigatório de qualquer programa de ensino, em todos os nível e graus, nas estruturas curriculares e basais, integrando argumentos introdutórios de documentos oficiais educacionais e de Estado, a teoria do Capital Humano tende a se universalizar, universalizando com isso o próprio capital enquanto conceito, eternizando-o e tornando-o onnipresente e omnitemporal. A teoria do Capital Humano pretende demonstrar que o capital sempre existiu, desde que houve o homem, em toda sua multimilenária evolução. E que, estando em tudo, ocupa e preenche todos os espaços. Um capital que, ao não



ter história, não ser histórico, não está fadado à superação. Ao estar em tudo, não pode ser superado ou suplantado, não pode ser extirpado do espaço nem superado no tempo, torna-se parte sine qua non da própria realidade. Sem capital, não há realidade, não há sociedade, não há homem.

Desde que há o homem há o capital, ao menos em sua forma “humana”. E, em contrapartida, sempre que houver o homem haverá capital.

Se há capital, há capitalismo. Assim o capitalismo se eterniza, no passado, e, prospectivamente, no futuro. A própria noção de futuro se amolda à eternidade do capital, do capitalismo. O futuro assim posto, só pode ser evolutivo.

4. Conclusões

Baseando-se numa constatação histórica que parece evidente em si - que os países mais avançados no campo econômico estão também entre os mais desenvolvidos nos campos educacional, científico e técnico (FRIEDMAN; KUZNETS, 1945) - a Teoria da Economia da Educação, e, em especial, suas bases no Capital Cultural, os adeptos dessa teoria procuram demonstrar que as economias de mercado são as que oferecem o melhor ambiente para o livre desenvolvimento do Capital Humano que, ao acumular-se, propicia um desenvolvimento econômico de larga duração que, por sua vez, aporta mais facilidades à obtenção e acúmulo de Capital Cultural, num círculo virtuoso ascendente (JOHNSON, 2014).

A impossibilidade prática-empírica de demonstrar, no estágio presente, alguma correlação de causalidade entre desenvolvimento econômico e educativo põe em dúvida a ordem da causalidade (FRIGOTTO, 1993), e, em consequência, a validade das conclusões teoricamente otimistas dos teóricos clássicos da TEE e dos primeiros estudos vultosos sobre o tema. Mesmo as ainda famosas correlações de Denison, Harbison e Myers (SHAFFER, 1961) seguem sem confirmação concludente. Estudos que contrariam a orientação de causalidade e postulam conclusões contrárias, diametralmente opostas, se acumulam aprofundando o fosso entre a dominância da TEE como teoria dominante e a orientação distanciada da realidade econômica que, por um princípio gnosiológico, não pode ser desconsiderada.

Agradecimentos

Aos professores, da Faculdade de Educação da UFF, que supervisionaram as pesquisas e contribuíram com suas críticas e sugestões.

Referências

- [1] DALE, R.. Globalização e educação: Demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação?”. In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago. de 2004.
- [2] FRIEDMAN, M; KUZNETS, S.. **Income from independent Professional Practice**. New York: NBER, 1945.
- [3] FRIGOTTO, G.. **A produtividade da escola improdutiva: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 4a edição, São Paulo: Cortez, 1993.
- [4] HOUTHAKKER, H. J.. Education and income. In: **Review of Economics and Statistics**, vol. 41, 1959, New York/Chicago.
- [5] JOHNSON, H. G.. Towards a generalized capital accumulation approach to economic development. In: **Residual factors and economic Growth**, Paris: OGDÉ. 2014.
- [6] MINCER, J.. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. In: **The Journal of Political Economy**, vol. 66, agosto 1958, New York.
- [7] SHAFFER, H. G.. Investment in human capital: comment. In: **American Economic Review**, vol. 52, 1961, núm. 4.



- [8] SCHULTZ, Theodore W.. El concepto de capital humano: Respuesta. In: BLAUG, M. **Economía de la Educación**. Madrid: Tecnos, 1972.
- [9] VAIZEY, J.. **The Economics of Education**. Londres: Sons. 1962.